



GENERAL ASSEMBLY
ASSEMBLÉE GÉNÉRALE
ASSEMBLEIA GERAL
جمعية عمومية

Creating African Futures in an Era of Global Transformations:

Créer l'Afrique de demain dans un contexte de transformations mondialisées :

Criar Futuros Africanos numa Era de Transformações Globais:

بعث أفريقيا الغد في سياق التحولات المعولمة :

Políticas de género e a necessidade atual de se rasgar os papéis.



CODESRIA

08 - 12 June / Juin 2015

Dakar, Senegal





Resumo:

Esta comunicação procura analisar as razões pelas quais o impato das lutas pela melhoria das relações interpessoais e entre os pares revelam-se insipientes, apesar dos numerosos esforços feitos pelos países africanos e em desenvolvimento pela promoção da igualdade e da equidade de género. Ciente de que o género enquanto conceito é binário, dicotómico e divergente, e de que as identidades construídas sob a égide da diferença de papéis, reforçam a afirmação de identificações pela diferença que há entre os polos, esta comunicação e a pesquisa concernente procuram averiguar então como as instituições de educação e de socialização estão a promover a igualdade. Avalia-se assim, na linha de pensamento de autores como Michel Foucault e da Judith Butler, formas de tentar mudar a compreensão dos processos histórico-culturais reprodutivos de papéis bipolares e divergentes que situam o género como uma dádiva – como construção social incontornável, e repensar melhor tanto as relações sociais hierárquicas no domínio heterossexual como as categorias sexuais que o próprio género coloca à sombra da cidadania.

Palavras-chave: género, identidade, subjetividade e transformação social.

TEIXEIRA, Jose Maria Dias

CV: <http://lattes.cnpq.br/0851198452131444>

FB: ze.lantuna

Por princípio, “não sou contra nenhuma determinação ou medida político-institucional, quando no tempo presente elas se fazem necessárias para libertar indivíduos. Desde que estas se considerem elas também revisáveis”. (Foucault, 2004)



Abrindo as cortinas a um género de questões.

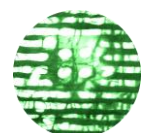
Porquê o género continua a obrigar papeis sociais a determinados sexos, quando hoje, os próprios batedores por género querem que não haja papéis sociais exclusivos aos quais a mulher ou o homem deve submeter-se determinantemente?

Esta pequena contenda dá-nos a indicação de que é preciso pensar de novo os problemas de relações sociais hierárquicas. Pensar de novo e de outro modo, como nos sugere pensadores como Michel Foucault.

O género alia-se ao sexo para parecer natural e posiciona-se como socioculturalmente dado pretendendo deixar claro que os indivíduos não podem fazer mudanças por sua conta. Faz uma aliança conveniente com o sexo, determinando que há que ter um género para se ter uma identidade sexual, a ponto de se passar a pensar que não tendo um género o sexo fica desorientado, desfigurado. Mas então, o que o género tem a ver com sexo? O que o género tem a ver com a identidade? Questões cujas respostas exigem engenhos e muita paciência para analisar.

Mas por hora, tem-se que seguir a trilha por partes, a pensar então como os indivíduos contribuem para a reprodução de papéis sociais aos quais eles se submetem. E enfim, como começar a tapar a nascentes por onde brota um género que se tornou inconveniente e aprisionador porque determinador de papéis que tornam duros os corpos e os hábitos e as identidades dos indivíduos. Podemos então continuar a pensar as dificuldades que homens e mulheres do nosso continente têm nas relações sociais hierárquicas - tanto no domínio heterossexual como os que dele diferem, as categorias sexuais que o próprio género coloca à sombra, na linha da solidariedade, como corpo a pôr à luz do sol.

Ao que parece uma compreensão de si baseada em diferenças sexuais implica hierarquias, lá onde se assentam o patriarcado e um conjunto de valores que remetem as “coisas” menores, minoritárias, ao lado feminino. E essas desigualdades de um género naturalizado, culturalizado, contraditório, o polo menor, têm a ver com outras desigualdades que se organizam nos mais diferentes espaços de significação. Nesse sentido, Joan Scott (1998) orienta “uma certa atenção aos sistemas de significação, pois, as maneiras como as sociedades representam o género, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido.” O sentimento de que o género é “coisa de mulheres” e o silêncio compromissado dos homens, a oposição sutil entre homens e mulheres são exemplos de questões a serem levadas em conta, e que raramente o são. É preciso lembrar ainda que, em Africa ainda, dificilmente um homem se exporia para uma denúncia de sujeição por questões de género, razão pela qual a violência contra os homens é uma grande ausente nas estatísticas - o que não quer dizer, decerto, que seja elementar. Talvez não seja cabível em formatos já definidos para atender género feminino. E contra orientações sexuais não heteronormativas, tanto menos.



Nesses dois casos, é pública e conhecida quando se transformam em crimes violentos, sem possibilidade de defesa por parte da vítima.

As instituições parecem indisponíveis a repensar questões de gênero. Porém o gênero deve ser lido não mais como um instituído, na linha que Deleuze e Guattari propõem, devendo as práticas serem pensadas de novo e de outro modo.

“o que se procura esboçar é antes uma luta contra o assujeitamento. O que não significa dizer que as lutas contra o assujeitamento desmereçam as demais tradicionais formas de luta; mas que elas, na verdade, podem ser mais incisivas do tempo presente. (Foucault 2014)

Criar condições para as transformações é tornar o presente prenhe de um devir outro, podendo até vir a ser igual, mas também podendo ser diferentemente. Certas práticas culturais, para serem transformadas será preciso quebrar a cadeia de transmissão, a veia por onde suas significações – já dadas, invadem o presente e se interpõem ao que poderia vir a ser. Será necessário quebrar a lógica da continuidade social que se reproduz naturalizando os valores culturais e históricos. Sem o corte da corrente, transforma-se no mesmo, naquilo que se é. Em relação ao gênero, será necessário averiguar as medidas que estamos a tomar, as condições de possibilidade de mudanças atuais que estamos a criar. Particularmente aquelas mais micropolíticas de resinificação dos modos de ser e as atitudes das pessoas. Seria preciso ver como desfazer-se (de modelos prontos) do passado e construir o presente de outra forma; é poder sentir como as escolas e as famílias preparam os indivíduos a assumirem seus lugares, os modos de estar nestes espaços. Problemas a serem analisados não mais com base em discursos solenes, e com políticas de gênero, mas a nível macropolítico, das condutas, das práticas, das relações entre pessoas. Deve-se se começar a olhar, antes, para as condições de vida das mulheres, sobre os modos e as condições pelas quais os relacionamentos se mantêm e as famílias distribuem responsabilidades familiares e sociais; sobre a forma como elas se sustentam, cuidam e educam os filhos, enfim, bases práticas sobre as quais os pares sustentam seus modos de relacionamento, etc.

É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e quais sentidos alunos/as dão ao que aprendem. “(...) temos que estar atentos/as sobretudo à nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui” (LOURO, 1997, p. 64). Por seu lado, certo de que os modos socioculturais são transformados com educação e com paciência, iniciamos este diálogo.



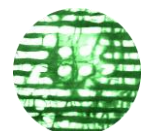
O sentido da análise histórica

O que mais amedronta um conceito é sua história ou aquela da gênese da realidade que ele produziu ou que o sustenta. Quando se historiciza um conceito percebe-se de sua aparição fenomenal quando se lhe deu à luz, de sua motivação, de sua performance, mas também de seus fraquejo e dos seus enfrentamentos mal sucedidos. E porque as transformações acontecem, muitos conceitos naturalizam-se com o tempo, perpetuando as práticas que os sustentam, procurando parecer naturais, universais, sem no entanto conseguirem sempre esconder as suas faces mais frágil e transitória. Lembrando Joan Scott (1998)¹, “aqueles que se propõem a codificar (*ou decodificar*) os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história”. Neste sentido, “Mary Wortley Montagu *acrescentava a ironia à sua denúncia do ‘belo sexo’, ‘meu único consolo em pertencer a este gênero é ter certeza de que nunca vou me casar com uma delas’, fazendo uso, deliberadamente errado, da referência gramatical.*” (idem, *grifo nosso*).

O Gênero é uma conceito-ferramenta recente, produzido no contexto da revolução industrial para fazer pensar certas práticas de subjugação das mulheres (submissão, discriminações, violências, obrigações diversas, e impulsionar melhorias da condição de vida da mulher. Sendo certo que a submissão da mulher em relação aos homens é um problema histórico mais antigo com nível de gravidade variado dependendo de épocas, de sistemas politico-ideológicos e culturais. O gênero então foi um instrumento extremamente útil porque permitiu dar corpo a um conjunto de práticas sociais de subjugação da mulher que se mantinham invisíveis aos espaços pessoal e social de reflexão, dado o caráter normalizador no campo do jogo das relações sociais e de poder. O Gênero pretendeu equilibrar as forças entre a posição da norma vigente favorável aos homens e o movimento feminista (algumas alas) que pretendia inverter a ordem social das relações. Afirmando-se então como um conceito moderador conciliador, procurando indicar caminhos mais igualitários e equitativos para a ordem social. Por essa razão, a igualdade e a equidade de gênero tornaram-se discursos performativos políticos e técnicos, criaram instituições, transformando-se em bandeira comum, conciliadora e restauradora de uma ordem orientada para a justiça e para a justiça sociais. As conquistas feministas foram traduzidas nesses contextos em exemplares batalhas de gênero que ao fim e ao cabo restaurariam a dignidade da mulher; Hoje, entretanto, não é evidente que o ritmo desta mudança justifique investimentos nas mesmas armas. O impacto não apresenta tendências favoráveis. Indagação aqui refere a impacto amiúde nas relações pessoais, não em instituídos político-institucionais ou pela multiplicidade e diversidade das ações levadas a cabo. O gênero enquanto conceito, é binário, dicotômico e divergente. E as identidades forjada em papeis construídas sob a égide da diferença, reforça a afirmação de identificações pela diferença que há entre os polos “opostos” - em seus aspetos positivos e negativos. Com este pressuposto dificilmente se vai construir a igualdade. Nem mesmo aquela que quer dizer “igualdade na

¹ Joan Scott, “Gênero: uma Categoria Útil para a Análise Histórica”

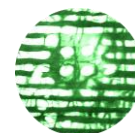
http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html, consultada a 09/02/2011



diferença” quando é preciso de “igualdade na diversidade” . Esta sim aponta para a dinâmica social atual em cujo foco precisa ser assegurado.

A disseminação do conceito de gênero é de pouco mais de três décadas, nos nossos países, ainda que a luta pela melhoria da condição de vida das mulheres seja mais antiga. Cada país com seu percurso de esforços e de progressos, porém as análises que são feitas periodicamente, e que revêm as práticas, referem-se invariavelmente aos mesmos problemas; ou seja, realçam os marcos institucionais e legais anteriores, motivos-justificadores mais que suficientes para se continuar a luta contra as violências e pelas melhorias institucionais. A igualdade e a equidade de Gênero nos nossos países, porém, são efeitos de uma luta, historicamente localizável, no quadro de um movimento abrangente, seja a nível mundial, seja da africa. Mas, ainda sim, muito delineada, aos países pobres ou em desenvolvimento. Todos devem lembrar-se de suas em seus países, de trabalhos feitos para dar visibilidade a práticas violentas; criar mecanismos de repressão às mesmas; orientar para a denúncia de diversas formas de violência contra as mulheres. Tais violências, é preciso ressaltar, em muitos casos estão configuradas como modos tradicionais de relação – por isso mesmo, não são entendidos como violência. Vemo-nos assim a considerar positivos os ganhos relativamente à condição das mulheres nos nossos países, resultado de diversos movimentos institucionais e da sociedade civil organizada; mas também de outros mais recentes, sejam acadêmicos ou de caráter eminentemente político. Embora sejam de afirmação questionável, vale dizer que os ganhos e as vitórias das mulheres – mais a nível institucional e legal - não significaram conquistas, entendidas como melhoria “sensível” das relações no corpo social. Dentre as várias respostas efetivas de apoio ao empoderamento da mulher, o mais comum é produzir medidas legais e condições de seguimento, e mobilizaram-se redes sociais, jurídicas e parlamentares de apoio e de extensão das lutas. Entretanto, a modalidade de abordagem mantém-se a nível regulador, educativo-linear-tradicional, repressivo e disciplinar, e pouco afeita à análise da produção de subjetividade imanente aos modos mais tradicionais ou mais recentes da violência contra as mulheres. As nossas instituições de Igualdade e Equidade de Género vêm cumprindo o seu mandato. Trata-se de equilibrar posições instituídas e históricas. Procura coordenar e reforçar redes de apoio e de empoderamento da mulher; capacitar as redes de assistência às denúncias; apoiar a adoção de medidas políticas e legislativas, entre outras. Desta forma, a questão se repete como a de gênero: empoderamento da mulher “normal”, com fraca participação masculina enquanto implicado, que não seja por alguma exigência. Por detrás de ações reconhecíveis, escamoteia boa parte dos problemas, ao reforçar o jogo de defesa de posições identitárias. A oposição, o descaso ou mesmo o desprezo manifesto por alguma ala masculina não são negligenciável. Um dos efeitos disso, muito denunciado na literatura, é a imagem de mulher-vítima e de homem-inimigo, enquanto as questões se mantêm incipientes, tanto no contexto das relações de gênero quanto em relação à diversidade sexual.

Talvez o diagnóstico, as denúncias, e medidas institucionais não possam por si só curar o mal. Talvez o reforço categórico institucional esteja construindo (ou melhor, reforçando) o que pretende combater: o desequilíbrio a as injustiças e as desigualdades. Hoje há outros



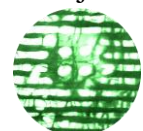
pressuposto que roteirizam processo de identificação, como os da flexibilidade, do transito, da fluidez, da rede multifacetada, da complementaridade sinérgica, da multiplicidade de funções, etc. Uma eventual mudança de abordagem conceptual de modo a apontar para praticas em moldes não convencionais, exige cuidado uma vez que existem linhas de orientação dos programas, de financiamentos que suportam estratégias bem-intencionadas e programatimente bem articuladas cujas mudanças também exigem sensibilidades, porém de consideração necessária para transição pretendida.

O presente já era, devemos nos interessar pelo futuro.

De modo bastante semelhante entre os países, há, conforme já assinalado, há grandes avanços em transformações formais, a nível legal e/ou jurídico, baseadas no conceito de género. Porém a montagem das instituições situa incisivamente suas lutas a partir da ideia da construção social de género. Nessa linha, parecem verdadeiras agências de manutenção das identidades dicotômicas - questão bastante trabalhada pela literatura académico-militante em que se desmistificam os discursos sobre a identidade, a natureza humana e os fatores culturais. Talvez fosse interessante perceber, nesta linha, que depois que se *generificaram* os modos de ser e de se relacionar, o momento subsequente será o de diagnosticar, avaliar e punir. E possivelmente a punição seja, ainda mais, um exercício de reforço da própria ação.

Hoje, é como se houvesse uma condenação ou um aprisionamento à história e a suas determinações. Além de as construções de género instituírem posições e hierarquias, parece ainda prevalecente a ideia de sexo forte e sexo fraco. Isso torna cada vez mais persistentes as desigualdades que, a um só tempo, impedem que a orientação para a diversidade seja pensada em espaços de socialização e de educação. Nossa investida quanto ao problema em pauta pretende, indagar uma forma de mudar o rumo da (re)constituição desses processos histórico-culturais, não só através da historicização, mas também da montagem de novas formas de compreensão de si dos sujeitos. Seria também o caso, aliás, de encontrar os pontos de transmissão desses processos de identificação e de reconstrução do passado no presente. As posições se distanciam e dão condições de análise quando os jovens, em seus modos de ação e de contato, são impelidos ostensivamente (pelos discursos oficiais e tradicionais, de naturalizações do género) a cederem a imposições baseadas em valores históricos e a princípios identitários. Estamos cientes de que, como afirma Lauretis (1994), “a construção do género também se faz por meio de sua desconstrução.” Ao aceitarmos que a construção do género é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Sendo assim, é indispensável admitir que até mesmo as teorias e as práticas feministas – com suas críticas aos discursos sobre o género e suas propostas de desconstrução, estão construindo género. (p. 209, apus LOURO,1997, p.35)

O que se procura aqui, portanto, é deixar aberta a possibilidade de pensar ações implicadas para as várias dimensões da questão. De um lado, as estratégias institucionais; de outro, as práticas sociais e as relações de poder que aí se estabelecem. Trata-se de uma discussão já





bastante amadurecida por vários pesquisadores que ensaia pôr os pés no chão do contexto das culturas africanas, e exige especificidade de abordagem e alguma engenhosidade na análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, J. ; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E. et al.(Org). *Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BRANCO, G. C. As lutas pela autonomia e liberdade em Michel Foucault. In: SOARES, Jorge C.; EWALD Ariane P.; DAMAS, Carla (Orgs.). *Anais das terças transdisciplinares: experimentando a fronteira entre a Psicologia e outras práticas teóricas*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, mar. 2000 / jun. 2001.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. *Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autentica, 1999.

_____. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Nova York, Routledge, 1991.

CERTEAU, Michel de, *A invenção do cotidiano – as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, M. - *Herculine Barbin: o diário de um hemafrodita*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1984.

_____. *Michel Foucault: ética, sexualidade e política*. Organizado por Manoel de Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Coleção Ditos e Escritos.5).

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: M. Fontes, 2008.

GUATTARI, Felix ; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografia do desejo*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: perspectivas de estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LAQUEUR. Thomás. *Inventando o sexo: corpo gênero e sexo dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.





ROLNIK, Suely. - Guerra dos gêneros & guerra aos gêneros. Disponível em: <<http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/genero.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2010.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu. *Educação & Realidade*, v.26, n.1, p.33-57, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

